



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE PALMAS-TO**

**AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZOITO**, na sala de **Reunião da Secretaria Estadual de Saúde de Palmas**, localizada na Praça dos Girassóis, deu-se início às quatorze horas e quinze minutos 14:15 em segunda chamada, constatando que existe quórum suficiente, a **3ª Reunião ordinária de 2018 do Conselho Municipal de Saúde de Palmas - CMS**. A reunião foi coordenada, pela conselheira e presidente do Conselho Municipal de Saúde, **Maria Alice de Araújo**, representante dos Prestadores de Serviços de Saúde, e assessorada pela secretária executiva do CMS. Estavam presentes os (as) conselheiros (as) titulares: **Nésio Fernandes de M. Junior, Whisllay Maciel Bastos, Fábio Renato de Sousa Dihel, Alessandro Farias Pantoja, Luscleide Nazareno Mota, Maria Alice de Araujo, Mario Augusto Santana dos Anjos, Giancarlo de Montemor Quagliarello, Luis César de Mello Cardoso, Joseane de Araújo Franco, Erenal Barbosa da Silva, Antonio Granjeiro Saraiva, João Cardoso Lima, Valdecy Abadio Costa, Sebastião Costa Lima, Romeu Aloisio Feix, José Elpídio Nunes Rezende, Sandra Maria Ribeiro Leitão, Leomar Cesar Brigagão, Sebastião Alves**. Conselheiros Suplentes: **Jackson Weber, Raimundo de Sousa Moraes, Raphael Cota Couto, Vilma Maria Gomes da Silva**. **Item 01 – Apreciação da Pauta. Maria Alice de Araújo** informa que tem um item para incluir que na verdade não é um item de inclusão, pois na reunião anterior esse item não foi apreciado e nem deliberado e nesse caso esse item entra como o primeiro ponto de pauta nessa reunião, informa que o item que vai se incluso na pauta é o plano de contingência das arboviroses,informa que esse vai ser o primeiro item na pauta,ressalta que tem um pedido de substituição do item numero 05 que trata da apresentação e deliberação do relatório detalhado do quadrimestre anterior 3º quadrimestre 2017- RQDA 3º quadrimestre 2017 que será substituído pela a apresentação do relatório de gestão – Exercício Financeiro de 2017,informa que outro pedido de inclusão de pauta e a respeito da transferência de atendimento do posto de saúde rural Santa Terezinha e Sargento Walter para outro posto de atenção,ressalta que colocará a pauta em votação com inclusão do plano de contingência das arboviroses ,a transferência de atendimento do posto de saúde rural Santa Terezinha e Sargento Walter e substituição do RQDA do 3º quadrimestre pelo relatório de gestão –exercício financeiro de 2017, **Luis César de Mello Cardoso** informa que em 2004 participava do conselho municipal de saúde e tinha na pauta todos os informes e o ultimo item era os informes dos conselheiros,informa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE PALMAS-TO**

13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64

que abril de 2004 propôs que fosse alterada a estrutura da pauta do conselho, para que invés de ser um dos últimos itens os informes dos conselheiros na pauta, esse item fosse um dos primeiros na pauta, ressalta que na época tinha um minuto para falar, ressalta que na sua opinião o item principal do controle social na pauta e os informes dos conselheiros, ressalta que quando saiu do conselho esse item era um dos primeiros de depois descobriu que esse item tinha voltado para o final da pauta, propôs que o item de informe dos conselheiros volte a ser um dos primeiros, porque ele é um dos principais itens dentro do controle social, ressalta que em 2017 o conselheiro tinha cinco minutos para falar o seu informe, ressalta que em 2018 esse item passou para três minutos e sem debates, informa que acha isso um absurdo, porque se coloca os informes dos conselheiros sem debate o controle social é totalmente anulado dentro do conselho municipal de saúde, pois o conselheiro vem para a reunião assistir as explicações apresentadas que em geral a maioria são da secretaria municipal de saúde, levanta o dedo quem concorda e depois levanta o dedo quem não concorda, informa que o conselho municipal de saúde está totalmente descaracterizado como uma instituição de controle social por conta dessa situação, propõem a alteração da estrutura da pauta e que o item informe dos conselheiros possa ser dada uma importância maior a esse item dentro da pauta, **João Cardoso Lima** informa que no período que o conselheiro Luis César está se referindo ele já era conselheiro representando os usuários, mas o conselho ficou de uma forma que os conselheiros assinava a presença falava o seu informe e quando tinha 15 minutos de reunião não se aprovava mas nenhum projeto porque a maioria dos conselheiros tinha ido embora e não tinha quorum aprovar nenhum projeto, ressalta que foi por causa desse vício que se mudou para o final o item de informe dos conselheiros, **Luis César de Mello Cardoso** informa que isso piora muito, pois quando o conselheiro vai falar não tem ninguém para ouvir, **Joseane de Araújo Franco** informa que procurou no regimento interno e não encontrou porque nos informes alguns têm 5 minutos e outros têm 3 minutos, ressalta que é necessário padronizar o tempo de informes, **Maria Alice de Araújo** informa que em relação aos informes a diretoria entendeu que em média são 28 conselheiros e cada conselheiro tem 3 minutos para falar, cada membro da diretoria tem 5 minutos para os informes e para a secretaria municipal passar os seus informes ela tem 5 minutos, ressalta que os informes não têm debate, informa que qualquer conselheiro pode pedir ponto de pauta no conselho municipal de saúde, ressalta que se o conselheiro não



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE PALMAS-TO**

25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96

conseguir enviar o seu pedido de pauta para a diretoria, o conselheiro pode solicitar inclusão de pauta na reunião, pois assim gera debate, ressalta que não acha necessário aumentar o tempo de informe dos conselheiros, devido os informe ser pessoal ou da área geográfica que o conselheiro representa, **Joseane de Araújo Franco** questiona se o prazo das comissões temporária de revisão do regimento interno já esgotou? Ressalta que se esgotou sugere a criação de uma nova comissão, uma vez que o procurador do município de Palmas disse que o regimento interno não tinha vício nenhum, ressalta que até o momento a comissão não deu resposta, informa que deveria ser criada uma nova comissão, ressalta que gostaria de saber se o prazo da comissão do regimento interno já esgotou, **Maria Alice de Araújo** informa que a diretoria solicitou que a comissão apresentasse as propostas porque o prazo era de 60 dias, informa que está vencendo o prazo para apresentar as modificações do regimento interno, ressalta que está sendo deliberado a pauta, questiona se alguém tem alguma colocação a respeito da pauta? **Raphael Cota Couto** questiona se o relatório de gestão – Exercício Financeiro de 2017 e deliberação e apresentação? **Maria Alice de Araújo** informa que é apenas apresentação, **Nésio Fernandes de M. Junior** informa que já tem algumas propostas para o regimento interno, mas que gostaria de apresentar primeiramente para a mesa diretora para poder construir um consenso a respeito do regimento para poder trazer para a plenária uma ideia madura dos pontos principais, informa que gostaria que a comissão do regimento interno pudesse se reunir na próxima semana com a diretoria do conselho para tratar desse assunto, ressalta que esse convite está aberto para todos os conselheiros que tem interesse na pauta para poder amadurecer e trazer para a plenária o máximo possível de propostas maduras e convergente, **Maria Alice de Araújo** informa que gostaria de propor a inclusão de alguns membros que queira fazer parte da comissão do regimento interno, **Nésio Fernandes de M. Junior** informa que não tem nenhuma dificuldade em todos os membros interessado na minuta participarem da reunião na próxima semana com a diretoria para fazer a avaliação e discussão do texto final para trazer para a plenária, informa que os conselheiros devem participar da reunião na próxima semana para revisão do documento e trazer para a plenária do conselho uma proposta convergente, **Maria Alice de Araújo** informa que não pode colocar em discussão o regimento interno devido está ainda tratando da apreciação da pauta, **Nésio Fernandes de M. Junior** informa que tem algumas situações no município de Palmas, aonde algumas especialidades médicas e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE PALMAS-TO**

37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
97  
98  
99  
100  
101  
102  
103  
104  
105  
106  
107  
108  
109  
110  
111  
112  
113  
114  
115  
116  
117  
118  
119  
120  
121  
122  
123  
124  
125  
126  
127  
128

procedimentos de saúde, não há interesse das empresas privadas e dos profissionais liberais em contratualizar serviços com o município,informa que um exemplo é a Nefrologia, eles querem que o município Pague 250 reais por consultas e os valores praticados pelo ministério da saúde é de 10 reais o município complementa com três vezes esse valor, ou seja 30 reais,informa que esta pagando 40 reais o valor da consulta credenciada,as empresas e os profissionais liberais não aceita trabalha com o SUS com um contrato direto,isso obriga que o estado utiliza sua prerrogativa de poder garantir os direitos da sociedade e fazer uma intervenção estatal dentro dessas empresas,ressalta que ano passado conseguiu fazer uma regulamentação municipal autorizando o secretario municipal de saúde a realizar intervenção estatal pela requisição administrativa obrigando as empresas privadas a atenderem pelo SUS e recendo o valor praticado,ressalta que trouxe oito portaria que vai ser publicado no diário oficial e gostaria de apresentar ao conselho municipal de saúde,aonde se realiza intervenção estatal em oito empresas medicas do município de Palmas obrigando que elas prestem serviços ao sistema único de saúde pelo prazo de seis meses ou prazo necessário para organizar esse serviço,ressalta que se essas empresas continuarem resistindo a não trabalha para o sistema único de saúde esse prazo poderá ser dilatado,ressalta que a requisição administrativa é um instrumento legal que é previsto pela constituição da republica,ressalta que esta avançando para tentar garantir o acesso aos pacientes que estão em dificuldades para poder receber um atendimento digno dentro do sistema único de saúde,informa que gostaria de pedir inclusão de pauta para explicar ao conselho quais as outras especialidades que será realizada essa intervenção,**Romeu Aloisio Feix** informa que na reunião passada solicitou dois pontos de pauta e não consta na pauta,informa que gostaria que fosse justificado aos conselheiros a não inclusão desses pontos de pauta,informa que o primeiro ponto de pauta era a respeito da gestão de águas em Palmas e o outro era sobre a questão do agendamento de consultas com as especialidades e os exames médicos, **Maria Alice de Araújo** informa que o conselho encaminhou a solicitação do conselheiro e que não houve resposta ainda por isso não foi incluído a solicitação do conselheiro Romeu,ressalta que essa informação será dada nos informes da secretaria ,informa que vai colocar em votação as inclusões de pauta item por item, **Sandra Maria Ribeiro Leitão** informa que gostaria de fazer um esclarecimento em relação a inclusão de pauta, pois o conselheiro Romeu solicitou ponto de pauta e não entrou nessa relação de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE PALMAS-TO**

49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60

129 itens,ressalta que quando o conselheiro perguntou porque a sua solicitação não foi inserida  
130 a presidente respondeu que a pauta solicitada pelo conselheiro vai ser respondida no  
131 informe da secretaria,ressalta que gostaria de entender, porque se vai ser uma resposta a  
132 ao pedido de pauta solicitada gostaria que fosse detalhado esses informes para os  
133 conselheiros não ficarem perguntando porque não foi inserida o seu pedido de solicitação  
134 de pauta, **Maria Alice de Araújo** informa que só pode incluir se a secretaria pautar para a  
135 mesa diretora,ressalta que o ofício foi enviado e ainda não responderam para ser incluído  
136 na pauta,ressalta que o conselheiro vai ter a sua resposta,pois os membros da secretaria  
137 estão todos presentes na reunião,informa que diretoria não colocou na pauta devido o ofício  
138 não ter sido respondido,informa que a secretaria vai responder porque não responderam o  
139 ofício,**Maria Alice de Araújo** colocou em votação a inclusão na pauta do plano de  
140 contingência das arboviroses,informa que a inclusão de pauta do plano de contingência  
141 das arboviroses foi aprovado,colocou em votação a substituição do item numero 05 que  
142 trata da apresentação e deliberação do relatório detalhado do quadrimestre anterior 3º  
143 quadrimestre 2017- RQDA 3º quadrimestre 2017 que será substituído pela a apresentação  
144 do relatório de gestão – Exercício Financeiro de 2017,ressalta que a substituição do  
145 relatório detalhado do 3º quadrimestre pelo relatório de gestão- exercício financeiro de  
146 2017 foi aprovado,informa que houve uma abstenção, colocou em votação a inclusão de  
147 pauta que trata da transferência de atendimento do posto de saúde rural Santa Terezinha e  
148 Sargento Walter para outro posto de atenção,informa que a inclusão de pauta foi aprovada,  
149 **Joseane Araújo Franco** informa que deve ser inserido o ponto de pauta que o conselheiro  
150 Romeu solicitou,assim a reunião fica organizada e sem muito questionamento, **Maria Alice**  
151 **de Araújo** coloca em votação a inclusão na pauta da requisição administrativa proposta  
152 pelo secretario,ressalta que a requisição administrativa solicitada pelo secretario foi  
153 aprovada, ressalta que vai passar a palavra pra o conselheiro Romeu para ele explanar a  
154 sua solicitação de inclusão de pauta, **Romeu Aloisio Feix** informa que se o ofício não foi  
155 respondido não adianta colocar como ponto de pauta ,sendo que na hora dos informes vai  
156 discutir porque não tem resposta e pautar na próxima reunião, **Nésio Fernandes de M.**  
157 **Junior** informa que falou com a Juliana da área técnica que é responsável pela  
158 apresentação do ponto de pauta do conselheiro Romeu e eles de fato não organizaram de  
159 fato de maneira madura a apresentação para hoje,ressalta que ela está solicitando a  
160 compreensão do conselho para apresentar na próxima reunião, **Maria Alice de Araújo**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE PALMAS-TO**

61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
161  
162  
163  
164  
165  
166  
167  
168  
169  
170  
171  
172  
173  
174  
175  
176  
177  
178  
179  
180  
181  
182  
183  
184  
185  
186  
187  
188  
189  
190  
191  
192

colocou em votação a pauta com todas as inclusões e modificações, sendo aprovado por unanimidade **02 – Justificativa de Faltas /Aniversariante do Mês /Apreciação de Novos Conselheiros.** **Maria Alice de Araújo** informa que não chegou nenhuma justificativa de falta, ressalta que as justificativas de falta deve ser via ofício e com um dia de antecedência, ressalta que depois essa situação pode ser colocada como assunto para deliberação, informa que os aniversariantes do mês são: Juliana Veloso, Whisllay Maciel, José Elpídio e Raimundo de Sousa, **Maria Alice de Araújo** deseja a todos os aniversariantes muita paz e amor. **Item 03- Deliberação das Atas 1º Reunião Ordinária, 1º Reunião Ordinária, 1º extraordinária e 2º extraordinária.** **Maria Alice de Araújo** informa que as atas foram todas enviadas e houve algumas correções, **Joseane de Araújo Franco** informa que fez a alteração em uma das atas e não esta constando a sua alteração, ressalta que gostaria que fosse colocado as suas alterações, **Maria Alice de Araújo** informa que vai deixar esse item em aberto para o final da reunião, mas que gostaria que as atas fosse aprovadas nessa reunião, agradece a presença da Doutora **Maria Rosely de Almeida Pery** do ministério publico estadual, **Maria Rosely de Almeida Pery** informa que teve um logo período de férias e essa foi a razão pela qual não estava participando das ultimas reuniões do conselho municipal, ressalta que esta retornando as suas atividades para fortalecimento do SUS, informa que o conselho municipal de saúde de Palmas precisa se tornar referencias para todos os outros conselho do estado. **Item 04- Apresentação e Deliberação do plano de contingência das arboviroses.** **Rafael** fez a apresentação do plano de contingencia das arborviroses, **Maria Alice de Araújo** questiona se algum conselheiro tem algum questionamento a respeito do plano de contingência das arboviroses? **Maria Rosely de Almeida Pery** informa que é inegável que o município de Palmas vem melhorando a cada gestão não só no campo assistencial mas também no campo da vigilância em saúde, porque se melhorou o processo de trabalho obviamente em razão de todo esse empenho e de todos que militam na causa, igualmente o ministério publico precisa aprimorar a sua forma de atuar, ressalta que é cobrado uma atuação proativa, efetiva, preventiva e resolutiva, informa que um mapa estratégico nacional do conselho nacional do ministério publico, ou seja, que os promotores de justiça não seja mas aqueles membros do ministério publico que vem atuar a partir de uma provocação, representação ou seja qual for e no contexto da apresentação sobre o plano de contingência da arboviroses, ainda no ano passado foi instaurado um procedimento para



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE PALMAS-TO**

73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
193 verificar o monitoramento e controle avaliação por partes do estado junto aos municípios  
194 em relação as doenças transmitidas por vetores e zoonose e também em paralelo em  
195 relação ao município de Palmas, onde foi encerrado esse procedimento, ressalta que existe  
196 algumas pendências, mas parabeniza Palmas pois melhorou muito, informa que o órgão a  
197 qual representa optou por algum acordo que venha fazer nesse sentido que seja via judicial  
198 por meio de um acordo judicial homologado por sentença, ressalta que estão com essa  
199 ação civil publica praticamente pronta, ressalta que esteve reunida com a diretoria  
200 Epidemiológica do estado e sempre com o objetivo de fortalecer, pois quando pensamos em  
201 redução de doenças em agravos, não podemos ver apenas a figura do secretario como  
202 responsável, pois existe uma gama de funcionários que atua tanto na parte administrativa  
203 quanto na parte da operações de campo e cada um desses agentes públicos representa  
204 partes desse estado garantidor de direito de modo que nos agentes públicos precisamos  
205 cada dia mas buscarmos o aperfeiçoamento da nossa atuação para que possamos  
206 entregar para a sociedade cujo aquilo que é de direito que no caso é o direito de redução  
207 de doenças, **Maria Alice de Araújo** informa que como não teve mais nenhum  
208 questionamento colocara em votação o plano de contingência das arboviroses, **Maria Alice**  
209 **de Araújo** colocou em votação o plano de contingência das arboviroses, informa que o  
210 plano de contingência das arboviroses foi aprovado por unanimidade. **Item 05-**  
211 **Apresentação e Deliberação da Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e**  
212 **Indicadores 2018- SISPACTO 2018.** **Nina Maria de A. Araújo Braga** fez a apresentação  
213 da Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores 2018, **Maria Alice de Araújo**  
214 informa que viu que 45% dos partos são naturais, ressalta que não é aceitável 55% de  
215 cesariana no município, questiona se esse dado é do município ou do estado? **Nina Maria**  
216 **de A. Araújo Braga** informa que esse percentual depende muito da vontade da mãe e de  
217 uma serie de fatores, **Whisllay Maciel Bastos** informa que em relação a esse indicador de  
218 fato era para causar, mas espanto a todos nos, ressalta que o parto normal e fisiológico,  
219 informa que ao logo do tempo isso foi instrumentalizando esse processo que era fisiológico  
220 e hoje ocorre massivamente induzido dentro do hospital, ressalta que nesse momento o  
221 que esta sendo pactuado e a meta para 2018 encima de resultados alcançados, devemos  
222 imaginar que conseguiremos reverter esse percentual em curto prazo, informa que esta em  
223 pauta é a pactuação para 2018 e apesar de todo o esforço da gestão em melhorar os  
224 indicadores esse é um indicar extremamente relevante e que se relaciona com a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE PALMAS-TO**

85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
225 mortalidade infantil, apesar de que tem 10 óbitos para 1000 nascidos vivos, a mortalidade  
226 infantil ainda é um componente muito forte,mas de fato a governabilidade do serviço é um  
227 pouco limitada nesse aspecto porque passa por problemas que já são conhecidos como a  
228 decisão da própria pessoa que mesmo quando decide pelo parto normal ao chegar na  
229 maternidade é fortemente induzida ao parto Cesário que é o parto rápido que libera todo  
230 mundo,portanto o fato concreto é que estamos pactuando encima do cenário que  
231 imaginamos ser o possível nesse ano, não que seja o ideal, **Maria Alice de Araújo** informa  
232 que não é uma questão de decisão para a mãe ter uma decisão ela precisa ter informação  
233 e pra ela ter essa informação ela precisa ter oportunidade e percebemos que é falta de  
234 oportunidade,ressalta que ainda e do tempo que Palmas conseguia ter 79% de parto  
235 natural, **Nésio Fernandes de M. Junior** informa que no final do ano passado houve um  
236 seminário materno infantil,inclusive tinha grandes referencias nacionais falando sobre esse  
237 assunto e foi iniciado um processo de aproximação no dialogo com o Hospital Dona Regina  
238 a rede materno infantil do estado e município estão tendo um dialogo muito  
239 maduro,ressalta que estão com um conjunto de decisões que pode impactar positivamente  
240 esse indicador no entanto existe um fenômeno concreto,que é o processo de  
241 empoderamento para pari de maneira ativa depende de questões institucionais  
242 principalmente no centro onde se realiza o parto,na verdade o processo que eles utilizam  
243 retira da mulher a decisão de que modo ela que ter o parto,ou seja, o parto não é feito por  
244 ela e sim pelo medico,ressalta que a residência de enfermagem obstétrica da escola de  
245 saúde publica de Palmas que iniciou em 2014 ela cumpriu um papel muito interessante na  
246 revisão e na redução de praticas desnecessária no atendimento ao parto porque ate o parto  
247 normal pode ser instrumentalizado, a residência da enfermagem obstétrica reduziu muito a  
248 quantidade de Episiotomia nos parto realizado no Dona Regina e aumentou muito a  
249 quantidade de parto atendidos por enfermeiras,ressalta que existe todo um movimento bem  
250 interessante aonde estamos conseguindo provocar essa discussão,no entanto ainda é  
251 muito forte a resistência de assumir o parto como algo que depende da tecnologia,ressalta  
252 que a construção da casa de parto pelo município vai poder modificar muito essa  
253 realidade,informa que tem todo um conjunto de medidas que podem ajudar,ressalta que vai  
254 ser processual,pois não vamos conseguir fazer do dia pra noite,ate porque são esferas  
255 distintas e estabelecimentos de saúde distintos que não temos a governança,informa que  
256 algumas mudanças que ocorreram no Dona Regina colocaram algumas dificuldades nesse



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE PALMAS-TO**

97  
98  
99  
100  
101  
102  
103  
104  
105  
106  
107  
108  
257  
258  
259  
260  
261  
262  
263  
264  
265  
266  
267  
268  
269  
270  
271  
272  
273  
274  
275  
276  
277  
278  
279  
280  
281  
282  
283  
284  
285  
286  
287  
288

avanço,mas estamos tendo muita habilidade para poder avançar e não permitir que haja retrocesso, **Joseane Araújo Franco** informa que em 2015 e 2016 as proporção de óbito de mulheres fértil esta 100%,questiona quantas mulheres morreram? Questiona qual o quantitativo de crianças vacinadas? **Whisllay Maciel Bastos** informa quem em relação aos óbitos e percentual, informa que tem uma serie de critica a respeito desse indicador, mas pergunta se o óbito materno foi investigado, ressalta que o indicador deveria ser outro, mas essa é uma discussão antiga, porque é mas interessante saber quantas morreram e o que foi feito para evitar,informa que em relação ao indicador 4 que trata da proporção de vacinas selecionas do calendário,esse é um indicador que também é um pouco arbitrário são 4 Imunobiológicos que cada um tem o percentual próprio,ressalta que se não atingir 90% ou 95% não é computado,ressalta que o ministério da saúde tem falhado muito nesse processo de fornecimento de imunobiológicos e isso tem comprometido o alcance desses indicadores,ressalta que nesse momento não tem a vacina pentavalente para administrar e os gestores e serviços acaba não conseguido garantir o envolvimento nesse caso especial da mãe que é a cuidadora principal da criança pela falta de não ter a vacina de forma rotineira,ressalta que estava conversando com o pessoal da sala de imunização acerca de um histórico da falta de imunos e isso tem sido recorrente,ressalta que o ministério da saúde tem falhado naquilo que talvez é o principal e um dos grandes pilares desse sistema único de saúde,ressalta que o programa nacional de imunização foi reconhecido internacionalmente pelo desempenho e organização,informa que tem o nome e endereço das crianças vacinadas,ressalta que na verdade precisa ter o nomes das crianças que não vacinaram, **Mario Augusto Santana dos Anjos** informa que sobre os exames citopatológico independente do percentual pactuado ,já vem algum tempo pressentindo que há um baixo índice de exames de citopatologia,ressalta que o percentual de exames citopatológico é muito baixo,informa que as enfermeiras tem um papel importantíssimo na coleta dessa material,ressalta que a coleta dessa material do colo uterino e o grande segredo,informa que a capacitação dessas profissionais e muito importante,pois cabe ao laboratório observar em microscópio aquilo que é coletado pelos profissionais de enfermagem, **Alessandro Farias Pantoja** informa que a oportunidade de trabalho com as mulheres no período gravídico tem sido reforçada por uma agenda que esta elaborada e já vai começar a ser executada apartir de abril,onde a equipe do Dona Regina com a gestão do município vai produzir cursos com a gestante e os profissionais,ressalta que vai ser feito



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE PALMAS-TO**

120

289 um trabalho diretamente com o agente comunitário de saúde em relação a boas  
290 praticas,informa que a equipe da maternidade tem essa parceira com a secretaria de  
291 saúde,ressalta que vai fazer a formação de boas praticas para o parto empoderando a  
292 mulher que vai ser feito dentro do nosso processo de formação com um agenda  
293 própria,ressalta que com a residência da enfermagem obstétrica que já está inserida no  
294 contexto da atenção mulher na atenção primaria e secundaria com isso vamos conseguir  
295 da andamento nos cursos frequentes de gestante porque o Dona Regina faz uma  
296 preparação para o parto,que é uma preparação com menos tempo com ações educativas e  
297 com a vinculação dessa mulher a maternidade,para que ela consiga se  
298 empoderada,informa que essas iniciativas tem sido fortalecida por uma parceria que já  
299 existia e por determinada questão interna do Dona Regina se perderam, ressalta que o  
300 serviço social do Dona Regina faz contato direto com o centro de saúde para  
301 agendamento de paciente que consequentemente pode esta indo lá  
302 desnecessariamente,informa que se reunião com o Hospital Infantil para poder estabelecer  
303 essa rede de serviço destinado a mulher e a criança,assim conseguimos reduzir  
304 mortalidade e aprimorar o numero de mulheres empoderadas para o parto normal,ressalta  
305 que o Brasil e Tocantins está vivendo um cenário muito ruim em relação a  
306 cesariana,informa que conseguiram reduzir esse percentual apesar de ser auto estamos  
307 conseguindo linearmente manter ou reduzir esse percentual,informa que as vezes a  
308 cesárea é necessária,pois deve ser encarada como um resgate e não como primeira  
309 opção, **Maria Alice de Araújo** informa que tem um programa fantástico no Padre Luso,o  
310 nome do programa é criando vidas que prepara a gestante para o parto,ressalta que tem  
311 um histórico de sucesso e muitos poucas das gestantes fazem cesárea,informa que esse é  
312 um trabalho bem bacana que incentiva o aleitamento, **Maria Rosely de Almeida Pery**  
313 informa que esse numero auto de cesariana e tido como inconformidade pelo DENASUS  
314 quando audita a maternidade,ressalta que tem ações civis publicas ingressadas contra os  
315 hospitais,não apenas para corrigir essa inconformidade mas também outras que envolve os  
316 hospitais,ressalta que foi contemplada na fala do conselheiro Alessandro quando diz que a  
317 secretaria está fortalecendo vínculos com o estado,porque muito embora a gestante de  
318 Palmas de a luz no Dona Regina ela é uma gestante de Palmas,ressalta que o município  
319 precisa pensar em outra estratégia de esta dentro da maternidade,informa que pelo menos  
320 no colegiado gestor nas reuniões a qual participa existe um fomento para a realização dos

121

122

123

124

125

126



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

127

128

129

**ATA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE PALMAS-TO**

131

132

321 partos normais que a redução da cesariana,ressalta que não sabe se isso funciona na  
322 pratica de repente pode ser apenas um discurso e atrás dos bastidores ocorra ao  
323 contrario,ressalta que além do curso de formação de gestantes precisava ter um  
324 estreitamento desse relacionamento do município dentro do hospital para a gestante  
325 chegar empoderada,pois a gestante de Palmas não é empoderada sobretudo nos dias  
326 atuais que tanto se fala da necessidade de inverter essa lógica para que não acha essa  
327 indução,ressalta que se foi dito pelo secretario que dentro HMDR induz a gestante a  
328 cesariana e o município sendo sabedor dessa prática,ressalta que acredita que o município  
329 precisa esta dentro da unidade,informa que as pactuações fica muito confortável pactuar  
330 em situações que já acontecesse porque da a entender que o município sempre está  
331 atingindo as metas pactuadas,informa que Palmas está melhorando a cada dia,mas é  
332 muito confortável pactuar situações que já acontecesse na prática,informa que o município  
333 de Palmas merece ser mas ousado e a população merece essa ousadia por parte da  
334 gestão e é possível nessa gestão repensar essas pactuações para serem mais ousados no  
335 próximo ano,ressalta que ficou um pouco frustrada em relação aos parâmetros utilizados  
336 na pactuação, **Maria Alice de Araújo** colocou em votação Pactuação de Diretrizes,  
337 Objetivos, Metas e Indicadores 2018- SISPACTO 2018,sendo aprovado, **Maria Alice de**  
338 **Araújo** informa que houve 3 abstenções, **Romeu Aloisio Feix** informa que tem muita  
339 dificuldade de analisar um item durante a reunião,ressalta que participa de vários  
340 conselhos e sempre e enviado os documentos para ser analisados antes da reunião **Maria**  
341 **Alice de Araújo** informa que foi enviado o material a todos os conselheiros,ressalta que  
342 conferiu se todos os conselheiros tinha recebido e percebeu que todos os conselheiros  
343 tinha recebido o material e a pauta, **José Elpídio Naves** informa que quando se apresentar  
344 uma pauta dessa com os percentuais ideal,informa que é apenas uma sugestão,**Maria**  
345 **Alice de Araújo** informa que foi enviado esse material a todos os conselheiros, **Nésio**  
346 **Fernandes de M. Junior** informa que realmente houve esse erro na apresentação,informa  
347 que esse indicador que trata dos partos cesariano não conseguiu revisar,porem revisou  
348 todos os outros,por exemplo a sífilis congênita sugeriu como meta zero,pois é inadmissível  
349 uma sociedade que tem 100% de cobertura ter um percentual elevando,ressalta que se  
350 estiver um caso em Palmas é um absurdo,informa que chegou em um denominador e foi  
351 pactuado em 10 que seria uma redução grande para esse ano,ressalta que esta  
352 preparando um decreto municipal que obrigara auditoria automática em 100% dos casos de

133

134

135

136

137

138



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE PALMAS-TO**

139

140

141

142

143

144

353 sífilis congênita,que define inclusive passos na identificação de responsabilidades,porque  
354 que se tem 100% de cobertura então porque se tem sífilis nesse caso é necessário revisar  
355 e garantir que a gestão não tolere a negligencia, **Maria Alice de Araújo** informa os  
356 conselheiros devem esta atento no email,pois quando o conselheiro não receber o material  
357 no dia que recebeu a convocação,por gentileza o conselheiro deve retornar para a  
358 secretaria executiva que será reenviado o material,ressalta que teve o cuidado de olhar no  
359 grupo do email e estava todo o material,ressalta que a secretaria executiva tem falha mas  
360 os conselheiros devem prestar mas atenção nos email que a secretaria executiva envia aos  
361 conselheiros, **Maria Rosely de Almeida Pery** informa que os conselheiros precisa saber o  
362 que esta aprovando,informa que essa pactuação precisaria de um dia para discutir a  
363 respeito dos indicadores e não deveria ser colocado em um pauta extensa como  
364 essa,ressalta que para o próximo ano seja melhorando esse item a respeito dessa  
365 pactuação. **Item 06- Apresentação do relatório de gestão – Exercício Financeiro de**  
366 **2017. Maria Alice de Araujo** informa que a comissão de planejamento e analise de conta  
367 precisa esta bem atenta a apresentação do relatório de gestão, uma vez que é essa  
368 comissão que vai fazer o parecer para trazer a plenária do conselho,**Fábio Renato de**  
369 **Sousa Dihel** informa que como o relatório de gestão não vai ser deliberado nessa  
370 reunião,sugere que a presidente possa convocar uma extraordinária para deliberação  
371 desse relatório de gestão, **Fábio Renato de Sousa Dihel** fez a apresentação do relatório  
372 de gestão –exercício financeiro de 2017, **Maria Alice de Araujo** informa que é interessante  
373 os conselheiros procurarem a área técnica para tirar algumas duvidas,informa que só pode  
374 marcar a reunião extraordinária para o dia 20 de março, **Fábio Renato de Sousa Dihel**  
375 informa que tem ate dia 30 para inserir a aprovação do relatório no site do TCE, **Nésio**  
376 **Fernandes de M. Junior** informa que havia feito uma revisão normativa e nessa revisão  
377 fala apenas de apresentação ao conselho e não deliberação, **Maria Alice de Araujo**  
378 informa que a comissão temporária de planejamento e analise de conta precisa se reunir e  
379 fazer o parecer,questiona se pode marcar para a próxima terça- feira a reunião  
380 extraordinária para deliberar o parecer da comissão de planejamento e analise de conta?  
381 Informa que a reunião extraordinária será dia 20 de março, **Sandra Maria Ribeiro Leitão**  
382 informa que na apresentação das ações houve vários quesitos de fortalecimento e na  
383 maioria deles não foi executado e os que foram executado foi um valor bem inferior em  
384 relação ao valor proposto, informa que gostaria que fosse esclarecido porque a execuções,

145

146

147

148

149

150



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

151

152

153

154 **ATA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
155 **DE PALMAS-TO**

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

dessas ações de fortalecimento não foram executadas e as que foram o valor foi muito baixo, **Fábio Renato de Sousa Dihel** informa que o problema e as frustrações de receita,ressalta que tinha previsto 244 milhões autorizado inicialmente e só tivemos 195 milhões,informa que teve em media 20% de frustrações de receita,ressalta que quando frustra receita ,infelizmente tem que cortar de algum lugar então algumas ações tiveram que ser priorizadas apesar de tudo na saúde ser prioridade,não podemos deixar faltar assistência ao paciente do SUS, **Raimundo de Sousa Moraes** questiona se esse relatório vai esta disponível para todos os conselheiros? Informa que esta orçado um milhão e executado 500 mil, questiona se essa frustração e porque não houve receita ou não houve a necessidade de executar ? **Fábio Renato de Sousa Dihel** informa que não houve o financeiro, ressalta que não chegou o financeiro, informa que na administração publica precisa caminhar junto o orçamento e o financeiro, **Raimundo de Sousa Moraes** informa então se esta um milhão e executou 500 mil, então e porque a receita foi só 500 mil? **Fábio Renato de Sousa Dihel** informa que houve frustração de receita e assim não conseguimos executar tudo porque se não ficamos devendo, **Joseane de Araújo Franco** informa que viu na apresentação que estava no banco 14 milhões de reais, **Fábio Renato de Sousa Dihel** informa que tem as frustrações e os remanejamentos, **Nésio Fernandes de M. Junior** informa que as audiências publicas na câmara são sempre muito exaustivas,ressalta que é importante mobilizar os conselheiros para participarem dessas audiências para quando for discutir no conselho as pautas seja outras e que não fique se repetindo aquilo que foi explicado em outra ocasião,informa que existia uma tradição na secretaria municipal de saúde de um saldo financeiro em caixa,ressalta que isso foi ate o primeiro ano do governo Amastha,ressalta que quando assumiu a gestão há dois anos atrás conseguiu incrementar a capacidade de execução financeira orçamentária da gestão municipal ao ponto que ano passado sobraram 14 milhões em conta de saldo financeiro,desse 14 milhões,8 milhões são recurso de capital,investimento,ressalta que não são recurso de custeio e 7 milhões são recurso de custeio que ficaram resto a pagar para esse ano,informa que conseguiu ter uma execução financeira excepcional,mas o fato concreto é que nem todas as ações e as despesas,por exemplo faturamento dos exames de novembro e dezembro,ressalta que não fatura hoje e paga mês que vem, paga um pouquinho depois,ressalta que tem um serei de despesas que executa no período,mas paga depois,ressalta que nunca vai existir uma execução de 100% de todo o recurso,informa que conseguiu ampliar a estratégia,habilitar



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO**

as equipes tardiamente,ressalta que o ministério demorou muito para habilitar as equipes,inclusive algumas publicações tinha erros nesse sentido entendemos que houve um incremento no desempenho da execução financeira por parte da gestão nesse ultimo período,informa que precisa incrementar a habilidade de planejar melhor para evitar frustrações, ressalta que a frustração pode acontecer por dois motivos ou foi superestimado de mais ou de fato não entrou,ressalta que no orçamento desse ano fizeram um orçamento com calculo de previsão mas conservador,ressalta que decidiram fazer uma projeção mas conservadora nos repasse do ministério e do estado,o que nos obrigou a ter um calculo financeiro final menor que o ano passado,ressalta que isso foi por causa do meto de calculo do planejamento na previsão de receita. **ITEM 07 – Apresentação e deliberação da renovação de contratos de credenciamentos com empresas especializadas na prestação de serviços na área da saúde: Arai Kaminishi & Costa Diagnósticos; Centro Urológico de Palmas- CEULP, Gastrocentro; Clinica de Olhos Yano; Hospital Ortopédico do Tocantins-IOP; Instituto Urológico de Palmas-IUP; Clinica de olhos Dr. Josenylda Barros; Oftalmoclinica Visão; Clinica Oftalmus;Vision Laser centro de correção visual;OTOPALMAS;Aequilibrium ;Hospital Oswaldo Cruz;Tech Capital ; CARDIOCENTER ;ANGIOX;Centro Diagnostico do Tocantins –CDT ;Centro Ortopédico do Tocantins –COT,Labexato Citologia e Rlguel Ltda.Valmir Lucas Cavalcante** fez a apresentação da renovação de contratos de credenciamentos com empresas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, Maria Rosely de Almeida Pery informa que o conselheiro Leonel quando era presidente falou que tinha um numero excessivo de exames realizado em Palmas comparado ao numero de habitantes,informa que os conselheiros precisa se atender a esse quantitativo e avaliar os dados,ressalta que se os conselheiros conversarem com o Leonel poderão entender melhor, Valmir Lucas Cavalcante informa que no manual da auditoria consta 5 exames que são incluso na consulta,ressalta que no momento que o paciente vai consultar é realizado 5 exames,informa que fez esse esclarecimento ao conselheiro Leonel, **Nésio Fernandes de M. Junior** informa que quando faz uma consulta com um clinico geral ele pode pedir um uma investigação especifica para uma suspeita clinica diagnostica,informa que o conselheiro Leonel argumentou que tinha um numero excessivo de exames,informa que esse assunto foi discutido com o representante do conselho de medicina,ressalta que o ato medico e a responsabilidade de decidir que exames é pedido para fazer um rastreamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO**

ou investigação é um ato de decisão individual de cada profissional,ressalta que esta avançando na ideia de criar protocolo e criar critérios baseado em evidencias científicas para o uso racional de exames, informa que o aumento da resolutividade que buscamos tanto na atenção primaria vem muito nesse sentido,ressalta que também tem uma obsessão de questionar a resolutividade das UPAS e dos especialistas porque também se pede exames desnecessários nas UPAS,informa que é necessário combater as praticas que acaba danificando a saúde das pessoas e a saúde do sistema único de saúde, **Valmir Lucas Cavalcante** continuou a apresentação da renovação de contratos de credenciamentos com empresas especializadas na prestação de serviços na área da saúde, **Mario Augusto Santana dos Anjos** informa que existe uma portaria e11/01 ministerial criada em abril de 2001,ressalta que essa portaria estabelece percentuais para os exames que os usuários necessita,por exemplos para as consultas clinicas é estabelecido que 65% são passíveis de exames de analise clinicas,ou seja dez pacientes que entram em um consultório seis e meio passarão por necessidade de exames,informa que poucos gestores conhece esse portaria,informa que talvez esse foi um dos grandes parâmetros do ministério,ressalta que os profissionais que trabalha no sistema único de saúde tem os critérios para pedir exames,ressalta que temos um sistema único de saúde de profissionais mas experientes que tem um direcionamento nos exames,ressalta que os prestadores só faz aquilo que os profissionais solicita,ressalta que tem a recomendação ministerial a respeito da solicitação de exames, **Joseane de Araújo Franco** informa que a secretaria precisa trazer uma demanda de exames para o conselho avaliar,ressalta que a Doutora Rosely sempre reclamou da demanda reprimida no município,ressalta que não consegue saber sobre esse demanda reprimida,informa que é necessário que o conselho vote encima da demanda que o município tem,ressalta que tem uma portaria do ministério da saúde que já tinha falo na reunião passada,informa que a portaria nº 2567 que fala das questões do credenciamento, ressalta que o seu voto e para o município trazer a demanda **Maria Alice de Araujo** questiona se as contratações que estão sendo feitas atende a demanda reprimida que tem no município? Como essa demanda esta sendo atendida? **Juliana Ribeiro Pinto** informa que alguns credenciamentos atende a demanda reprimida outros não por parte operacional da empresa como, por exemplo, colonoscopia que tem 900 na fila de espera, sendo que são ofertados 15 mensais, mas a culpa não é da gestão e sim do espaço operacional da empresa, ressalta que a diretoria está à disposição para

181

182

183

184

185

186



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

187

188

189

190 **ATA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
191 **DE PALMAS-TO**

192

481

apresentar a demanda reprimida, informa que a respeito da colonoscopia enviou carta

482 convite para outras empresas e esta conversando com o Padre Luso, **Luscleide Nazareno**

483 **Mota** informa que o ministério publico esta sabendo sobre esses pedidos de exames,

484 informa que esta desenvolvendo sistema que vai colaborar para o controle desse

485 quantitativo de exames, informa que esta sabendo que são solicitados muitos exames e

486 que na verdade não são necessários,informa que será implantado vários sistema que tende

487 a contribuir com esse quantitativo de exames realizado pelo SUS, **Mario Augusto Santana**

488 **dos Anjos** informa que gostaria que ficasse registrado em ata que Palmas é um dos

489 municípios brasileiro que fornece aos usuários do SUS a um dos maiores números de

490 variedades de exames laboratoriais,informa que Palmas fornece todo tipo de exame

491 laboratoriais que o paciente necessita,informa que Palmas oferece em media 285 tipo de

492 exames, **Maria Alice de Araujo** informa que a luta do conselho é pra que melhore,informa

493 que não quer nenhum paciente indo no ministério público,pois o ministério público precisa

494 ser o nosso parceiro para nos qualificar em uma gestão melhor,informa que gostaria de

495 pedir autorização do conselheiro para ter mas uma hora de reunião , **Maria Alice de Araujo**

496 informa que a renovação de contratos de credenciamentos com empresas especializadas

497 na prestação de serviços na área da saúde: Arai Kaminishi & Costa Diagnósticos; Centro

498 Urológico de Palmas- CEULP, Gastrocentro; Clinica de Olhos Yano; Hospital Ortopédico do

499 Tocantins-IOP;Instituto Urológico de Palmas-IUP; Clinica de olhos Dr. Josenylda Barros;

500 Oftalmoclinica Visão; Clinica Oftalmus;Vision Laser centro de correção

501 visual;OTOPALMAS;Aequilibrium;Hospital Oswaldo Cruz;Tech Capital; CARDIOCENTER

502 ;ANGIOX;Centro Diagnostico do Tocantins –CDT ;Centro Ortopédico do Tocantins –

503 COT,Labexato Citologia e Rlquel Ltda foi aprovado,ressalta que houve três

504 abstenções.**ITEM 08- Apresentação e Deliberação das portaria Det**

505 **nº268/Semus/Gab/Assejur, Portaria Det nº269/Semus/ Gab/ Assejur, Portaria Net**

506 **nº270/Semus/Gab/Assejur,Portaria Det nº272/Semus/Gab/ Assejur, Portaria Det**

507 **nº27/Semus/Gab/ Assejur, Portaria Det nº274/Semus/Gab/ Assejur, Portaria Det**

508 **nº275/Semus/Gab/ Assejur, Portaria Det nº276/Semus/Gab/ Assejur. Nésio Fernandes**

509 **de M. Junior** informa que a constituição da republica obriga ao sistema único de saúde de

510 garantir o direito o acesso a saúde e isso se define em uma expressão de ações e serviços

511 públicos de saúde,a mesma constituição e depois complementada com a lei nº8080 e

512 nº8142 e depois com a lei complementar nº141 de 2012 ela define a maneira como a saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE PALMAS-TO**

privada pode participar do serviço publico de saúde de maneira complementar,ressalta que tem ocorrido no Brasil,em alguns caso o SUS se tornou complementar ao privado,quando os médicos da rede privada prescrevi um procedimento que não foi incorporado pelo SUS e a justiça nos obriga a realizar um procedimento para a iniciativa privada,inverteu ou seja não é mas o SUS que tem a iniciativa privada com a possibilidade de ser complementar tendo uma atividade complementar e as coisas estão se invertendo de maneira que a reserva de mercado tem impedido a possibilidade do serviço publico cumprir sua obrigação constitucional,informa que no privado pagando 350 reais a consulta existe dificuldade de acesso,como que o sistema publico de saúde vai conseguir garantir o acesso ao serviço de Nefrologia tendo uma reserva de mercado,informa que no concurso publico não teve escritos,contrato temporários não querem,credenciamento,terceirização também não querem,querem um valor impraticável ,ressalta que a decisão foi utilizar um instrumento legal e um dispositivo constitucional que é a requisição administrativa obrigando as empresas privadas a atenderem no lapso temporal de seis meses todas as demandas apresentadas pelo sistema único de saúde e praticar nos seus atos as diretrizes clinicas e terapeutas do SUS, informa que ao logo do ano passado foram realizado um conjunto de reuniões com o tribunal de contas do estado,DENASUS,ministério publico estadual e ministério publico federal aonde se construiu varias atas de recomendações de diversos órgãos de controle junto com a secretaria municipal de saúde autorizando e recomendando a segurança jurídica de praticar esse ato,ressalta que tem muito receio porque essa portaria e comprar uma guerra prestadores de serviço,informa que gostaria de poder compartilhar com o controle social a legitimação desse processo e dizer que esperamos tranquilidade por parte dos prestadores,informa que já fez com os medicamentos da atenção básica,foi feito uma intervenção nas empresas porque elas não queriam praticar os preços da tabela cemed,antes fazia licitação de preço de medicamento com cotação do menor preço e o preço de licitação já começava alto,ressalta que pegou o preço da tabela cemed praticado pela ANVISA normatizada em norma federal e as empresas começaram a boicota os processos licitatórios e foi feito a intervenção,ressalta que esta querendo fazer essa mesma intervenção nos exames,informa que a minuta da portaria e padrão para todas as intervenções só muda as especialidades,objeto e o prestativo da demanda reprimida nos considerando,ressalta que fez questão de colocar a lei orgânica municipal, a lei nº2299, a lei federal 8080 que fala da requisição administrativa,ressalta que o decreto



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE PALMAS-TO**

211

212

213

214

215

216

545 que conseguiu publicar ano passado o prefeito delegou ao secretario de saúde a potestade  
546 de fazer a requisição administrativa,informa que na versão final foi colocado o prazo de 72  
547 horas para as empresas se manifestarem disponibilizando a agenda,ressalta que se a  
548 empresa não se manifestarem disponibilizando a agenda,vamos entra com uma ação na  
549 justiça para obrigar o cumprimento,informa que a empresa tem que praticar a medicina de  
550 evidencia e os atos que o SUS preconiza,ressalta que nesse sentido vamos  
551 avançar,informa que gostaria de contar com o apoio do conselho,ressalta que vai assinar  
552 oito atos para ser publicado no diário oficial, **Mario Augusto Santana dos Anjos** informa  
553 que esta sendo citando a tabela SUS com complementação,informa que gostaria de  
554 repudiar o ministério da saúde,pois é inacreditável que um governo federal manter uma  
555 tabela desde 1994,onde os profissionais médicos faz seis anos de medicina mais dois de  
556 especialidade e o ministério de saúde que não sabe o que faz com o recurso acha que o  
557 profissional deve receber dez reais para fazer uma consulta,ressalta que repudia essa  
558 situação,assim como outros procedimentos,informa que o ministério precisa rever seus  
559 conceitos e os conselhos se comporta de uma maneira passiva,ressalta que essa situação  
560 deve ser revista,pois não é justo,informa que fica confortado porque o secretario esta  
561 falando de complementação,ressalta que não concorda com essa tabela do ministério da  
562 saúde, **Joseane de Araújo Franco** informa que acha importante a apresentação dessa  
563 portaria,ressalta que os conselheiros deveria analisar primeiramente essa portaria,informa  
564 que essa portaria deveria ser apenas apresentada hoje e depois fosse aprovado em outro  
565 momento,ressalta que acha importante esse instrumento utilizado pela secretaria para  
566 evitar esse tipo de abuso por parte dessas empresas, **Leomar Cesar Brigagão** informa  
567 que gostaria que essas votaria fosse votada hoje,pois a apresentação foi muito  
568 clara,ressalta que na conferencia nacional de vigilância de saúde foi discutido em relação  
569 aos valores das consultas,ressalta que parece que vai haver uma mudança em relação a  
570 isso,mas o grande problema e que o quantitativo e muito grande no Brasil todo,ressalta que  
571 aprova tudo isso que foi colocado pelo conselheiro Nesio, **Alessandro Farias Pantoja**  
572 informa que ver um movimento muito forte de garantia de direito ao cidadão,informa que a  
573 secretaria não esta tendo medo enfrentamento,ressalta que a muito tempo se debate essa  
574 possível aceitação dos prestadores de serviços,especialistas e as clinicas de maneira a  
575 complementar as atividades,informa que são varias negociações e o mercado possui uma  
576 lógica capitalista e isso gera uma forçação de barra e um cabo de guerra muito grande e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE PALMAS-TO**

não é a população que tem que ser prejudicada,informa que não estão cometendo ato ilegal,enquanto conselheiro precisamos zelar pelo acesso e o poder que o estado tem,ressalta que fica muito lisonjeado de viver esse momento,de ver dentro do município de Palmas um movimento de fortalecimento daquilo que é publico,ressalta que não ver com desrespeito ao prestador de serviço,pois os prestadores estão sendo muito valorizados,ressalta que essa iniciativa e histórica de enfrentar esse problema de maneira histórica, **Maria Rosely de Almeida Pery** informa que quando não se organiza a oferta da atenção especializada começa a ter demanda individual e quando o cidadão busca a justiça para garantir o seu direito de consulta ele leva três orçamento da rede privada para a justiça determinar que o município compre a consulta, como essa mão de obra é escassa tende a consulta subir o preço,essa é lei da oferta e procura,questiona onde fica o principio da igualdade nesse contexto de SUS que estamos vivendo? Informa que essa providencia que o secretario esta apresentando e também respeitando o principio da igualdade porque do contrario o município fica omissso em relação a desassistência e tratando desigual os moradores de Palmas em razão da judicialização, **Joseane de Araújo Franco** informa que já vieram atos administrativo para deliberação no conselho e um ato administrativo teve problema,um exemplo de um ato administrativo que teve problema foi o da tabela que tinha erros e passou pelo conselho,ressalta que acha importante mas é preciso fazer uma leitura e buscar um assessor jurídico para ver se esta de acordo,ressalta que a justificativa do secretario é importante,mas os conselheiros precisa ler antes de tomar qualquer decisão, **Nésio Fernandes de M. Junior** informa que não tem nenhum tipo de duvida quanto a sua responsabilidade como gestor, como líder político e alguém que esta incumbido de cuidar do direito fundamental do ser humano que é a saúde ,da legalidade,publicidade e o respeito a todos os princípios constitucionais nesse ato,ressalta que é uma prerrogativa da gestão fazer isso,informa que trouxe uma pauta que é polemica que exige articulação com os trabalhadores,comunidade e controle social dada a posição ousada e avançada que tem a proposta e trouxe para partilhar com o conselho a ousadia de poder tomar tal decisão de garantir via poder da república a obrigação de garantir o acesso a saúde,informa que se o conselho decidir não deliberar tem a prerrogativa de poder tomar o ato sem problema nenhum,ressalta que tem a justiça do seu lado e que não vai voltar atrás ,ressalta que tem mas de um ano discutindo esse assunto dentro da gestão,ressalta que gostaria de pedir a compreensão dos conselheiros para que essa deliberação possa acontecer, **Maria Alice de**

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

## ATA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

**Araujo** informa que a conselheira Joseane propôs que esse assunto da requisição administrativa possa ser votado na próxima reunião, **Giancarlo de Montemor Quagliarello** informa que a conselheira Joseane esta em duvida e ela queria refazer a leitura,ressalta que é necessário esclarecer a duvida da conselheira, **Maria Alice de Araujo** informa que vai passar para o item informa dos conselheiros enquanto a conselheira Joseane faça a leitura e formule suas perguntas.**Item 09- Informes dos conselheiros municipais de saúde. Joseane Araújo Franco** fez a leitura da Nota sobre o profags - programa de formação técnica em enfermagem para agentes de saúde: Em reunião do Conselho Nacional da Associação Brasileira de Enfermagem - CONABEn - realizada nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2018, o plenário formado por Presidentes das Seções e Diretoria Nacional da ABEn decidiu que a entidade apoia integralmente o conteúdo da nota a seguir. Com a devida permissão do grupo criador, referenda e passa a assinar o documento. “Consideramos fundamental a valorização de todos os trabalhadores em saúde através de programas voltados à formação e qualificação técnica, assim como das lutas e movimentos por melhores condições de trabalho e desenvolvimento profissional no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e, especificamente da Atenção Básica. Do mesmo modo, a valorização e a efetivação do direito à formação profissional dos trabalhadores Agentes Comunitários de Saúde – ACS e Agentes de Combates a Endemias – ACE, categorias profissionais instituídas no Sistema Único de Saúde (SUS), existentes exclusivamente no âmbito da política pública. Entendemos que é dever do Estado prover o acesso à formação profissionalizante dos trabalhadores ACS e ACE para o fortalecimento das ações de promoção da saúde, mobilização social, educação popular e vigilância em saúde. Entretanto, a proposta de Formação Técnica em Enfermagem para Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combates a Endemias no âmbito do SUS para o biênio 2018-2019, sancionada sem a participação das entidades representativas pela PORTARIA nº83 de 10 de janeiro de 2018, não valoriza esses trabalhadores e não reconhece que possuem formações, inserções e, atuações diferenciadas. Nesta conjuntura marcada por desmontes do SUS, especialmente no nível da Atenção Básica e de retirada de direitos dos trabalhadores, não podemos concordar com propostas, como a portaria nº83, que descaracterizam as atuações profissionais, flexibilizam e desfiguram os processos de trabalho no âmbito da Atenção Básica e, ainda, ameaçam postos de trabalho. Desqualificar, com a intenção de excluir qualquer profissão de atividades há muito reconhecidas

241

242

243

244

245

246



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

247

248

249

250

**ATA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE PALMAS-TO**

251

252

641 fundamentais e de impacto para o sistema de saúde brasileiro, traz à tona os grandes  
642 interesses de mercado presentes na área. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM  
643 Fundada em 26 de abril de 1926 Declarada de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº  
644 31.417/52 DOU 11/09/52 SGA Norte, Quadra 603, Conjunto B, Brasília (DF) CEP 70.830-  
645 102 Fone (61) 3226-0653 Fax (61) 3225-4473 Home Page: [www.abennacional.org.br](http://www.abennacional.org.br) E-  
646 mail: [aben@abennacional.org.br](mailto:aben@abennacional.org.br) O conjunto de projetos, emendas constitucionais e de  
647 manifestações públicas deste Governo Federal, deixa claro o objetivo de enfraquecer o  
648 SUS de modo a substituí-lo, paulatinamente, por serviços privados de baixa qualidade,  
649 baseados em “outros” modelos de assistência, com “cestas” de serviços limitadas como já  
650 ocorre com os seguros saúde focados no modelo biomédico. Sendo certo que muitas ações  
651 desenvolvidas na Atenção Básica são realizadas por profissionais de enfermagem, a  
652 conduta de formação em grande escala, com tempo exíguo e sem atentar à qualificação  
653 técnica consoante à atividade fim, causará prejuízos para a população. A Política Nacional  
654 de Atenção Básica (PNAB -2017) modifica atribuições, limita ações e retira profissionais da  
655 composição de suas equipes, especialmente na Estratégia Saúde da Família. São  
656 alterações diretamente inseridas pela “pressão de mercado” neste cenário de “novas  
657 políticas” em curso no país, num plano de enfraquecimento do setor público! No ano de  
658 2004 o Ministério da Saúde, em conjunto com o Ministério da Educação, publicou o  
659 Referencial Curricular Nacional do Curso Técnico em ACS. Em 2011, publicou o Referencial  
660 Curricular Nacional do Curso Técnico em Vigilância à Saúde, e até os dias atuais não  
661 financiou estes cursos integralmente para os trabalhadores ACS e ACE. Considerar o não  
662 financiamento destes cursos técnicos e propor formação técnica em enfermagem para os  
663 agentes é efetivamente inadequado; não somente por ser voltado para atribuições e  
664 competências distintas daquelas dos Agentes, mas também porque produzirá aumento das  
665 atribuições destes trabalhadores e a descaracterização do seu perfil profissional. O  
666 PROFAGS, assim, é produto desta conjuntura, marcada pelos retrocessos de direitos,  
667 como a Emenda Constitucional 95/2016 que acarreta impactos importantes no  
668 financiamento do SUS e da PNAB. Portanto, a proposta de formação técnica em  
669 enfermagem para agentes de forma generalizada é considerada incompatível e  
670 inadequada! Uma proposta de flexibilização do escopo da equipe que fomenta e fragiliza as  
671 relações de trabalho, de equipe e de ideário dos princípios do SUS. Retrocesso na  
672 formação e na construção de um sistema de saúde integral e universal. É hora de

253

254

255

256

257

258



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE PALMAS-TO**

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

defendermos que a política de educação profissional faz parte da política de saúde e que não é pautada somente por interesses econômicos. Interesses considerados por nós antagônicos para o sistema de saúde, para os trabalhadores e para a população. Tais políticas precisam ser formuladas e pactuadas junto ao controle social, junto às entidades organizativas e representativas dos trabalhadores do SUS, assim como devem contar com a participação das instituições de ensino, pesquisa e assistência à saúde cuja função e trajetória histórica incluem ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM Fundada em 26 de abril de 1926 Declarada de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 31.417/52 DOU 11/09/52 SGA Norte, Quadra 603, Conjunto B, Brasília (DF) CEP 70.830-102 Fone (61) 3226-0653 Fax (61) 3225-4473 Home Page: [www.abennacional.org.br](http://www.abennacional.org.br) E-mail: [aben@abennacional.org.br](mailto:aben@abennacional.org.br) a formulação e avaliação de políticas públicas voltadas para a consolidação do direito à saúde e à educação profissional em saúde. É hora de unificar a luta pelo SUS, pela APS-AB, por uma formação de qualidade para todos, com debate e diálogo, valores fundamentais numa sociedade democrática e inclusiva. **Vilma Maria Gomes da Silva** informa que esteve na secretaria de saúde e levou um ofício comunicado a respeito de um feijoada realizada pela APAE, informa que a feijoada ficou para o dia 14 de abril, agradece ao secretário Nesio por ter enviado alguns matérias para a APAE, **Leomar Cesar Brigagão** informa que participou da vigilância em saúde que aconteceu em Brasília, ressalta que foi falado muito a respeito dos conselhos municipais de saúde, informa que vai haver um seminário dos conselhos municipais para o empoderamento dos conselheiros, ressalta que estava presente 3 mil pessoas do Brasil todos, **Sebastião Alves** informa que gostaria de pedir a contribuição dos conselheiros, pois esteve visitando cinco cidades no estado do Tocantins e lamentavelmente a saúde está precária nessas cidades, muitas pessoas estão precisando de ajudas, informa que está com uma campanha de arrecadação de roupas e alimentos para tentar ajudar essas pessoas. **Item 10 – Informe Mesa Diretora. Maria Alice de Araújo** informa que vai enviar alguns ofícios recebidos pela secretaria executiva no email dos conselheiros, informa que vai colocar em votação as portarias da requisição administrativa apresentada pelo conselheiro Nesio, **Maria Alice de Araújo** colocou em votação as portarias Det nº268/Semus/Gab/Assejur, Portaria Det nº269/Semus/ Gab/ Assejur, Portaria Net nº270/Semus/Gab/Assejur, Portaria Det nº272/Semus/Gab/ Assejur, Portaria Det nº27/Semus/Gab/ Assejur, Portaria Det nº274/Semus/Gab/ Assejur, Portaria Det nº275/Semus/Gab/ Assejur, Portaria Det



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE PALMAS-TO**

271

272

273

274

275

276

705 n°276/Semus/Gab sendo aprovado por unanimidade, **Item 11- Transferência de**

706 **atendimento do posto de saúde rural Santa Terezinha e Sargento Walter para outro**

707 **posto de atenção. Veruska Azevedo** informa que são dos postos de saúde da zona rural

708 que foram remanejado para atendimento em outros pontos,ressalta que o Santa Terezinha

709 e da associação são Silvestre que fica a 43 km de Palmas e no dia 15 de fevereiro foi

710 solicitado para fazer uma análise da água e foi constatado que a água e imprópria para uso

711 humano,diante disso foi resolvido fechar esse posto da zona rural aonde ficamos tentando

712 reativar esse posto no mesmo ponto no período de dois anos e definitivamente resolvemos

713 tirar de lá porque a água além de ser insuficiente era imprópria,ressalta que esta marcada

714 uma reunião com essa população,informa que o sargento Walter só foi deslocado o

715 atendimento para um ONG que fica muito próximo que chama leão de Judá,ressalta que

716 essas duas comunidades continua recebendo oferta de serviço da mesma forma que era

717 antigamente,só que em locais diferentes, **Maria Rosely de Almeida Pery** informa que a

718 associação dos pequenos produtores fizeram uma representação no ministério publico,eles

719 fizeram um baixo assinado para a gestão da saúde e não houve resposta por parte da

720 gestão,informa que instalou o procedimento e pediu que fosse deliberado no

721 conselho,porque ainda que o gestor tenha autonomia de reorganizar a rede da mesma

722 forma que ele vem aqui empodera a gestão para baixar esse ato administrativo para fins

723 de requisição administrativa deveria também passar por este conselho uma mudança

724 delicada e polemica que traria desgaste,ressalta que respeita a autonomia do gestor

725 porque se sedemos a tudo que a população quer cada pessoa vai querer uma unidade de

726 saúde na porta da casa dela e a concepção do SUS não é assim ,informa que a gestão

727 possa ter sensibilidade para lidar com situações delicada como essa e que o conselho

728 possa participar da mudança de reorganização da rede de atenção a saúde de Palmas,

729 **Nésio Fernandes de M. Junior** informa que na hipótese e urgente a necessidade de

730 custeio das UPAS,samu,media e alta complexidade,farmácia e caps sendo premente a

731 realização do bloqueio pleiteado como meio de garantir o direito a saúde a respeito das

732 decisões judiciais,diante disso determina o bloqueio de 7 milhões ao respectivo financeiro

733 do estado do Tocantins, **Maria Alice de Araujo** informa que é preciso aprovar as

734 atas,informa que tinha um questionamento da conselheira Joseane, **Joseane de Araújo**

735 **Franco** informa que gostaria de pedir desculpa as meninas da secretaria executiva do

736 conselho,pois na ata consta da forma que colocou,ressalta que por ela as atas podem ser

